

Aprovado texto da Carta; errata vai corrigir alterações

Lula Marques

MARCELO XAVIER DE MENDONÇA
Da Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte aprovou, ontem, o texto final da nova Carta, por 474 votos "sim" contra 15 "não", com seis abstenções. Estiveram presentes à sessão final de votação 495 dos 559 constituintes. Projeto de Constituição "D" aprovado pelos constituintes foi publicado com alterações no mérito de matérias aprovadas pelo plenário, e será objeto de uma errata. O texto é o resultado do trabalho da Comissão de Redação e foi objeto de crítica de parlamentares por suas alterações no espírito do que foi aprovado pelo plenário.

Apesar disto, apenas a bancada do PT votou contra o projeto global. A única exceção entre os 16 parlamentares do partido foi o deputado João Paulo de Vasconcelos (MG) que, com seu voto "sim", contrariou a decisão do Diretório Nacional petista.

A primeira sessão de autógrafos da Constituição está marcada para as 9h de hoje, quando as bancadas de São Paulo, Amapá e Roraima assinarão cinco exemplares do texto.

"Chegamos"

Não houve tentativas de obstrução

para provocar uma votação adicional das matérias consideradas inovadoras em relação ao mérito aprovado no primeiro turno, em virtude de um acordo entre o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães e o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna.

"Chegamos. Graças a Deus, ao povo e à sociedade brasileira, chegamos", desabafou Ulysses, com um suspiro de alívio, ao encerrar a sessão logo após a votação, ocorrida às 14h39. Em seguida, o relator Bernardo Cabral e os relatores-adjuntos dirigiram-se ao Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), para fazer as correções necessárias ao texto.

Avanço de sinal

De acordo com o levantamento da liderança do PMDB, foram feitas três alterações principais na Comissão de Redação, que não poderiam ter acontecido — duas no capítulo do Poder Judiciário e uma no capítulo da Educação. "A Comissão avançou o sinal", na opinião colhida junto a lideranças partidárias.

Na composição do Tribunal Superior do Trabalho (TSE), as onze

vagas privativas de juizes de carreira constaram como abertas a juizes togados dos Tribunais Regionais do Trabalho, que não são apenas de juizes de carreira, mas também advogados e procuradores trabalhistas.

Na competência da Justiça Militar estadual para processar e julgar policiais e bombeiros militares nos crimes militares, foi omitida a necessidade de definição em lei desses crimes. A autonomia universitária também foi alterada. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, foi desmembrada de um dispositivo que concede, às universidades, "autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial".

Iniciada às 9h30, a sessão foi aberta com pronunciamentos dos parlamentares ("pinga-fogo"), até que Ulysses assumisse a presidência da Mesa, às 11h10, e comandasse o encaminhamento da votação pelos líderes partidários.

Os dezesseis partidos com representação na Casa tiveram espaço para discursar antes de anunciar o voto de suas bancadas.

Colaborou MARA BERGAMASCHI



A Bancada do PT, que votou ontem contra a aprovação da nova Constituição, no plenário do Congresso constituinte

Acordo entre Ulysses e Sant'Anna permite aprovação da nova Carta

Da Sucursal de Brasília

Um acordo entre o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), e o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), permitiu a aprovação sem questionamentos do novo texto constitucional. Isso não quer dizer que o governo concorde com a versão final. O presidente José Sarney, segundo apurou a Folha, apenas desistiu de travar uma batalha, perdida por antecipação, contra Ulysses e vai deixar que o deputado se desgaste junto com o que espera ser o "fracasso" da aplicação da nova Carta.

O governo está convencido de que o texto constitucional, com as imperfeições registradas em sua votação (modificações introduzidas pela Comissão de Redação, principal-

mente), vai gerar contestações no Superior Tribunal Federal (STF) e crises institucionais. Essa avaliação, no entanto, foi cuidadosamente excluída das entrevistas de líderes do governo.

"Para mim está muito bem, não vamos tomar nenhuma iniciativa para contestar judicialmente o texto", disse Carlos Sant'Anna após a sessão de ontem.

O líder do governo Carlos Sant'Anna foi chamado ao gabinete de Ulysses pela manhã e ouviu a proposta de transformar a votação — que originalmente seria para ratificar a redação final — em um julgamento do mérito do texto. Ulysses cumpriu a promessa, afirmando que o mérito, não apenas a redação, estava sendo votado, e o líder Carlos Sant'Anna não o contestou.

"Da maneira como foi feita a votação, ficou cumprida a exigência de que todos os dispositivos fossem submetidos a dois escrutínios", disse o líder do governo. "Mesmo as mudanças da comissão de redação já tinham sido aprovadas uma vez, no fundamental, e foram ratificadas hoje", acrescentou.

O vice-líder do PFL Inocêncio de Oliveira (PE) ao comentar a aprovação disse que "nenhum constituinte tem o direito de contestar judicialmente o que foi aprovado".

O deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) está redigindo um documento com ressalvas aos artigos de cunho estatizante e nacionalizante da nova Constituição. Esse documento será assinado no dia da promulgação (5 de outubro) por um grupo que ele avalia ser de 40 parlamentares.

PT rejeita texto contra vontade da maioria da bancada

RICARDO AMARAL

Da Sucursal de Brasília

Dos 15 parlamentares do PT que votaram "não" ao texto constitucional aprovado definitivamente ontem, dez preferiram ter votado "sim" como os outros 474 constituintes que fizeram esta opção. O voto "não" foi decidido em uma reunião do Diretório Nacional do PT no sábado, por 30 votos contra 9, contrariando a vontade do líder, Luís Inácio Lula da Silva (SP), e do presidente nacional, Olívio Dutra (RS). Derrotados, os parlamentares aceitaram a imposição do Diretório. Menos um, o deputado João Paulo Pires Vasconcelos (MG). "Eu não sou criança", afirmou.

Foram do PT todos os votos contrários à aprovação da Carta, mas o partido vai assinar o texto a ser promulgado no dia 5 de outubro. "Não há nenhuma contradição nisso", disse José Genoíno (SP), o maior defensor do voto "não". "Estão querendo vender um fetiche de que esta Constituição vai resolver

os problemas do povo brasileiro, o que não é verdade. A médio prazo vão nos dar razão", disse.

Na primeira discussão interna do partido sobre o voto da bancada, sexta-feira em São Paulo, estavam presentes alguns parlamentares e dirigentes. O voto "sim" foi defendido por Lula, Olívio Dutra, João Paulo e Paulo Delgado (MG), além de Plínio de Arruda Sampaio (SP), mas encontrou a oposição de José Genoíno, Florestan Fernandes e Eduardo Jorge, da bancada paulista, além do secretário-geral do partido, deputado estadual José Dirceu (SP). No dia seguinte, durante a reunião do Diretório a presença de poucos parlamentares facilitou a vitória do "não".

O principal argumento dos vitoriosos é que a nova Carta mantém o papel das Forças Armadas como tuteladoras da sociedade e não produziu nenhum "avanço" na questão da posse da terra. Foram estes os argumentos repetidos por Lula em seu breve discurso na sessão de

ontem. Lula chegou a pedir a Olívio Dutra que encaminhasse a votação, mas o deputado gaúcho recusou.

"As minhas posições se acabam quando o partido toma uma decisão", disse Lula à Folha, justificando sua obediência ao princípio do "centralismo democrático". Este é um mecanismo de decisão partidária segundo o qual todos os militantes devem ficar submetidos às decisões da maioria, e foi consagrado pelo Partido Bolchevique, que dirigiu a Revolução Russa de outubro de 1917. "No PT, o centralismo democrático serve para garantir a infantilidade dos militantes", criticou o líder do PCB, Roberto Freire.

Além de Lula, Olívio, Plínio e Delgado, eram favoráveis ao "sim" os deputados Gumercindo Milhomens, Irma Passoni (SP), Paulo Paim (RS), Vítor Buaiz (ES), Benedita da Silva (RJ) e João Paulo (MG). Pelo voto "não", estava o deputado Virgílio Guimarães (MG). Wladimir Palmeira (RJ) não revelou sua posição.